

ANEXO XX

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP – LEI 14.133/2021
VINCULADA AO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO- DQ 91.005/26 PE
ARP – **DC XXX/XXXX****

TIPO DE INSTRUMENTO GRP: SERVIÇOS DE ENGENHARIA

O Município de Belo Horizonte, CNPJ 18.715.383/0001-40, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, com sede na Rua Guajajaras, nº 1.107, Bairro de Lourdes, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, **Sr. Leandro César Pereira** nomeado pelo ATO GP nº 262/2022, publicada no DOM de 30 de março de 2022, portador da Matrícula Funcional nº BM-116.258-4, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, celebra com a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na cidade de/....., neste ato representada por (nome e função na Detentora), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **DETENTOR**, a presente Ata de Registro de Preços- ARP, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia para manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparações, adaptações, adequações, requalificações e modificações em próprios municipais e em locais onde a execução destes serviços seja de responsabilidade da Subsecretaria de Zeladoria Urbana – SUZURB e fornecimento de materiais de primeira linha e mão de obra especializada, **nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21 e os Decretos Municipais nºs. 18.096/22, 18.242/23, 18.324/23, e decorrente do Processo de Pregão Eletrônico DQ-91.005/26 -PE, Processo Administrativo nº 31.00074396/2026-24**, mediante as seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Registro de preços para eventual e futura contratação de empresas capacitadas, que, sob demanda, para prestação de serviços comuns de engenharia para manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparações, adaptações, adequações, requalificações e modificações em próprios municipais e em locais onde a execução destes serviços seja de responsabilidade da Subsecretaria de Zeladoria Urbana - SUZURB fornecimento de materiais de primeira linha e mão de obra especializada.

LOTE I - Barreiro, Centro Sul, Hipercentro, Leste, Nordeste e Oeste;

LOTE II - Pampulha, Norte, Noroeste e Venda Nova.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. A presente ARP terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da publicação do seu extrato no DOM –

Diário Oficial do Município, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. No ato de prorrogação da vigência da ARP deverá constar o prazo a ser prorrogado, não sendo permitida a renovação dos quantitativos inicialmente fixados na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL

3.1. A Detentora se obriga a praticar os **preços unitários constantes das tabelas referenciais oficiais (SUDECAP, SINAPI, SICRO, SICOR, URBEL e COPASA – Base Centro RMBR)**, aplicando sobre os itens cotados o **desconto linear de ____% (_____)**, conforme proposto no certame.

3.2. Os preços resultantes já contemplam **todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, transportes, insumos e demais custos diretos e indiretos** e encontram-se indicados no **Anexo II** desta ARP.

3.3. Quando da contratação, o percentual de desconto ofertado sobre a tabela utilizada e o percentual de BDI deverão, obrigatoriamente, ser replicados a todos os itens, individualmente, que porventura venham a fazer parte da planilha quantitativa de serviços levantada para cada unidade do respectivo Lote, sendo ela através das composições e insumos vigentes ou, na ausência destes, na composição própria com cotação de mercado.

3.4. Quando da contratação, as tabelas a serem consideradas são as vigentes no Estado de Minas Gerais (oneradas), com data de publicação mais próxima à época da celebração do contrato, sendo que os descontos incidirão sobre estas, e será adotada a tabela que apresentar o menor valor no caso de existência de um mesmo serviço, em duas ou mais.

3.5. A diferença percentual entre o valor unitário registrado e o valor pesquisado de cada item de contratação, que deverá, preferencialmente, ser mantida durante a vigência desta Ata, também está especificada no Anexo II desta ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz o montante de

LOTE I - R\$ 252.867.255,56 (duzentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos);

LOTE II - R\$ 252.867.255,56 (duzentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) E DA DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

5.1. O órgão ou entidade gerenciadora da ata será a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de Belo Horizonte - MG - SMOBI.

5.2. É vedada a participação de outro órgão ou de entidade na ata, bem como a carona a esta ARP, conforme justificativas presentes no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº - DQ 91.005/26 PE.

5.3. A dotação orçamentária será indicada no momento da efetiva contratação, conforme art. 14 do Decreto Municipal nº 18.242/2023 .

CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, no Decreto Municipal nº 18.242/23 e nas demais normas complementares.

6.2. Uma vez registrados o desconto ofertado e o preço unitário final de cada item, já com o desconto aplicado, a Administração poderá convocar o Detentor a prestar os serviços e a fornecer os itens respectivos, na forma e condições fixadas no edital, anexos e nesta ARP.

6.3. A existência de preço(s) registrado(s) implicará compromisso de prestação de serviços nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.4. É vedada a contratação dos itens por valores superiores aos registrados vigentes.

6.5. O Detentor fica obrigado a atender a todos os pedidos de prestação de serviços efetuados durante a vigência do Registro de Preços, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I desta ARP.

6.6. O Detentor deverá garantir a qualidade dos materiais, produtos serviços mesmo após o vencimento da ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, vinculado à presente Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como com o Decreto Municipal nº 18.242/2023, nos termos da minuta contratual.

7.1.1. Nas contratações decorrentes da presente Ata serão observadas as diretrizes da política de integridade adotada pela administração municipal, nos termos da Lei nº 11.557/2023 e dos Decretos nºs. 18.337/2023 e 18.609/2024.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DA ATA

8.1. Todos os serviços discriminados nesta ARP e seus anexos deverão ser executados conforme Diretrizes, Projetos e Documentação Técnica (croquis, relatórios técnicos, orçamentos, relatórios fotográficos), previstas no Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico nº 91.005/26.

8.2. Todos os serviços discriminados nesta ARP e seus anexos deverão ser executados conforme Diretrizes, Projetos e Documentação Técnica (croquis, relatórios técnicos, orçamentos, relatórios fotográficos), previstas no Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico nº 91.005/26.

8.3. Todos os materiais, produtos e serviços deverão atender às exigências dos projetos, quando houver, das especificações da SMOBI, do Caderno de Encargos da SUDECAP e das normas da ABNT, com comprovação por ensaios, testes ou outras provas definidas no Caderno de Encargos da SUDECAP e/ou nas normas da ABNT.

8.4. Dos preços dos serviços

8.4.1. Os preços a serem utilizados para remuneração dos serviços, conforme definição no item 2, serão aqueles contidos nas tabelas SUDECAP, SINAPI, SICRO, SICOR, URBEL e COPASA, vigentes à época da contratação e emissão da ordem de serviço ou aqueles que não constam nas tabelas referenciais, que foram objetos de pesquisa de preços, decrescidos os descontos ofertados e registrados nesta ARP;

8.4.2. Os itens não constantes nas tabelas foram objetos de cotação, aos quais também serão decrescidos os descontos ofertados e registrados na Ata correspondente, observado o prazo máximo de cotação (a cada 06 meses);

8.4.3. Tais preços unitários constituirão, a qualquer Título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços, e pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, BDI e quaisquer outras despesas;

8.4.4. A Administração Local (AL) será medida por itens unitários, conforme planilha contratual, em relação ao valor total do contrato, conforme previsto no Termo de Referência – Anexo I desta ARP.

8.5. Definição dos escopos e quantitativos de contrato

8.5.1. Identificada a demanda, a SMOBI acionará o Detentor da ARP com a indicação do atendimento a ser feito, discriminando endereço do local objeto da intervenção - indicação do representante da SMOBI que irá acompanhar o atendimento (nome e telefone) – e prévia de escopo da intervenção;

8.5.1.1. A localização da prestação dos serviços a esta ARP se dará nas regionais conforme lote do Pregão Eletrônico nº 91.005/26. Tais serviços serão coordenados a partir da sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, localizada no

seguinte endereço: Rua dos Guajajaras, 1107 - 9º Andar, Bairro: Centro. CEP: 30.180-105.

8.5.2. Após o levantamento dos quantitativos necessários à execução dos serviços, a planilha contratual deverá elaborada pela SMOBI de acordo com os itens registrados na Ata, considerando os preços unitários das Tabelas referenciais e os obtidos pela pesquisa de preço, conforme disposto no item 4 do Termo de Referência – Anexo I desta ARP.

8.5.3. O Contratante apresentará a planilha à contratada para ciência e conferência, que terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para analisá-la, podendo fazer considerações que entender pertinentes.

8.5.4. A SMOBI analisará as considerações e finalizará a versão final do documento, o qual passará a vigorar para o referido empreendimento.

8.5.4.1. Vale ressaltar que as composições das planilhas orçamentárias serão realizadas com a ordem de prioridade daquela que o item contém o menor preço, no caso de existência de um mesmo serviço em duas ou mais.

8.5.6. Definida a planilha orçamentária final será elaborado o cronograma físico-financeiro da intervenção, definindo os custos e o prazo para a realização do atendimento.

8.5.7. A planilha orçamentária final, assinada pelas partes, deverá ser direcionada à Gerência de Contratos da SMOBI para a elaboração do Contrato.

8.6. Qualquer divergência entre as condições definidas no escopo proposto e aquelas apresentadas pelo Detentor da ARP deverá ser discutida oficialmente com a FISCALIZAÇÃO, antes da continuidade dos serviços.

8.7. Da assinatura do contrato e emissão de ordem de serviço:

8.7.1. Para cada próprio/equipamento, objeto de intervenção para a execução dos serviços, caberá a assinatura de um Contrato de até 12 (doze) meses e a emissão de uma Ordem de Serviço, independente do nº de unidades físicas existentes na área de implantação do próprio, observado o valor máximo previsto no item 4.1 desta ARP.

8.7.2. O Detentor da ARP será convocado para assinatura dos contratos, observada a capacidade máxima em contratos simultâneos que poderá assumir declarada na licitação, conforme a sua capacidade técnica e financeira.

8.7.3. O Detentor da ARP deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a cada uma das ordens de serviços e manter a execução simultânea dos contratos vigentes, de forma a atender integralmente o cronograma respectivo de cada contrato celebrado por esta Ata.

8.7.4. Serão registrados na Ata de Registro de Preços os descontos/preços de mais de um prestador de serviço, em sede de cadastro de reserva, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

8.8. Dos prazos

8.8.1. Da anuência do Memorial Descritivo, Cronograma e Planilha Contratual: Até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do "Memorial Descritivo", "Cronograma" e "Planilha Contratual", devidamente elaborados estes deverão ser assinados pelo técnico da SMOBI em conjunto com o Detentor da ARP, que se compromete a manifestar anuência e concordância dos serviços e quantitativos propostos;

8.8.2. Para Assinatura do Contrato relativo à execução dos serviços: 03 (três) dias úteis a partir da data de recebimento da convocação;

8.8.3. Do recebimento da Ordem de Serviço relativa à execução dos serviços: 03 (três) dias úteis a partir da data de recebimento do memorando que será encaminhado pela área demandante, acompanhado do respectivo cronograma de execução dos serviços e projeto, quando houver;

8.8.4. Do Início e Execução de Serviços: Os prazos serão aqueles constantes da "Ordem de Serviço", de acordo com os critérios e limites estabelecidos. Os prazos para término dos serviços estarão vinculados ao cronograma de execução fornecidos pela FISCALIZAÇÃO, devendo ainda, o serviço ser iniciado após o recebimento da O.S., que será emitida somente após aprovação dos custos e quantitativos, com o devido valor empenhado e termo contratual celebrado para o respectivo Lote.

8.8.5. Os contratos podem ser prorrogados, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto (art. 6º, inciso XVII da Lei 14.133/2021).

8.8.6. Os Contratos firmados e respectivas Ordens de Serviços emitidas poderão sofrer aditamento de valor referente a acréscimo de serviços e/ou adequação de serviços constantes das Planilhas de Preços Propostos a partir do desconto ofertado na licitação, desde que respeitado o limite previsto em Lei e suas justificativas.

8.9. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

8.10. As comunicações com o Detentor da ARP, inclusive as relativas a convocações de assinatura de contrato, retiradas de Ordens de Serviço entre outros, dar-se-ão via email ou outro meio de comunicação eficaz.

8.11. Na hipótese de o Órgãos Gerenciador não conseguir um meio eficaz para envio de documentos ou comunicação ao Detentor da ARP, deverá ser publicado um aviso no DOM – Diário Oficial do Município, para

que o Detentor da ARP retire o documento e/ou o comunicado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

8.12. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) item(ns), com ônus para o Detentor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, DE ENTREGA DE MATERIAIS, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

9.1. As regras referentes aos prazos, condições de execução de serviços, fornecimento de mão-de-obra e entrega de materiais, acondimento e transporte constam no **Termo de Referência**, Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO DOS ITENS DE CONTRATAÇÃO

10.1. As regras referentes ao recebimento constam no **Termo de Referência**, Anexo I desta ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. As regras referentes às condições de pagamento constam no Termo de Referência, Anexo I desta ARP.

11.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇO

12.2. A ARP poderá sofrer alterações de preços, observadas às seguintes regras:

I - O preço registrado na ata não poderá ultrapassar o praticado no mercado.

II - O Órgão ou Entidade Gerenciadora poderá conceder aumento do preço registrado na ata, mediante pedido fundamentado do Detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

- a) manter, preferencialmente, a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
- b) considerar o valor solicitado pelo Detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;
- c) poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo Detentor.

12.2.1. A exceção à regra prevista na **alínea “a”** do subitem **12.2**, deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

12.2.2. O indeferimento total ou parcial do pedido de alteração não desobriga o Detentor do compromisso assumido nem o exime de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

12.2.3. O Detentor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado se tornem superiores ao registrado.

12.2.4. O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

12.2.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou proceder à revogação do item, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obter a contratação mais vantajosa.

12.2.6. A solicitação de revisão de preço(s) deverá ser devidamente justificada e acompanhada de documentos comprobatórios da sua necessidade, originais ou cópias autenticadas.

12.3. O pedido para revisão de preço deverá ser encaminhado para a Diretoria de Aquisições e Contratos - DAQC, pelo e-mail: daqc-obi@pbh.gov.br

12.4. Os pedidos de revisão de preço, enquanto não deferidos total ou parcialmente, não isentam o Detentor a dar continuidade às entregas nas condições vigentes.

12.5. A alteração de preço somente terá validade a partir da publicação no DOM – Diário Oficial do Município, produzindo todos os efeitos legais, não se exigindo nenhum outro instrumento jurídico formal para a sua efetivação.

12.5.1. As alterações citadas no subitem anterior, valerão somente para as futuras contratações e não para as contratações já realizadas.

12.6. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

12.7. Será pago o preço vigente na data em que as Notas de Empenho ou outros instrumentos equivalentes

forem entregues ao Detentor, independentemente da data de entrega do serviço, ou de qualquer revisão de preços deferida nesse intervalo de tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PESQUISA DE PREÇOS

13.1. A atualização periódica de preços se dará seguindo as atualizações das tabelas oficiais publicadas (SUDECAP, SINAPI, SICRO, SICOR, URBEL e COPASA).

13.1.1. Os itens não constantes em planilhas referenciais, serão objeto de pesquisa de preços direta com o fornecedor, a cada 6 (seis) meses, conforme disposto no art. 23, IV da Lei 14.133/2021, sobre a qual será incidente o desconto ofertado na licitação;

13.2. A cada celebração de contrato serão utilizadas as tabelas mais recentes publicadas nos sites oficiais, conforme previsto no item 4.10 do Termo de Referência – Anexo I desta ARP, sobre as quais, incidirão o desconto ofertado na licitação.

13.2.1. Já para os itens objeto de pesquisa de preço (cotações), deverá ser considerado o valor orçado, respeitado o prazo máximo de 06 meses da cotação, sendo incidido também o desconto ofertado na licitação.

13.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o detentor da ARP para negociar a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

13.3.1. O detentor da ARP que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, mediante cancelamento do seu registro de preços ou dos itens registrados, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.4. Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá conceder aumento do preço registrado na ARP, mediante pedido fundamentado do detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:

13.4.1. considerar o valor solicitado pelo detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;

13.4.2. poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor.

13.4.3. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, e o detentor da ARP continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata.

13.6. Não havendo êxito nas negociações, conforme previsto nos itens 13.3 e 13.4, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

13.7. Não havendo interesse pelos licitantes remanescentes ou pelos integrantes do cadastro de reserva, o órgão gerenciador poderá proceder à revogação do item, do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitarem a contratação, do licitante vencedor for convocado e não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidos ou do registro de preços ser cancelado, total ou parcialmente, do detentor da ARP, o órgão gerenciador, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

13.7.1.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

13.7.1.2. adjudicar e assinar a ARP nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.7.2. No caso item 13.7.1.2, ultrapassado o prazo de validade da proposta previsto no edital, incluída possível prorrogação, não há obrigatoriedade na assinatura da ARP.

13.8. Para obras e serviços de engenharia a possibilidade de alteração periódica dos preços registrados deverá considerar a conformidade dos preços com a tendência de mercado e com a realidade dos seus respectivos insumos, avaliada em um intervalo mínimo de quatro meses.

13.9. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

13.10. A alteração de preço deverá ser publicada no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 14.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o detentor da ARP para negociar a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 14.2.1. O detentor da ARP que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, mediante cancelamento do seu registro de preços ou dos itens registrados, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 14.3. Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá conceder aumento do preço registrado na ARP, mediante pedido fundamentado do detentor da ARP, devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos alegados, devendo obedecer ao que se segue:
- 14.3.1. considerar o valor solicitado pelo detentor como o máximo a ser concedido para a alteração;
- 14.3.2. poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo detentor.
- 14.3.3. se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, total ou parcialmente, e o detentor da ARP continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata.
- 14.4. Não havendo êxito nas negociações, conforme previsto nos **itens 14.1 e 14.2 do Termo de Referência anexo a esta ARP**, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes ou integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 14.5. Não havendo interesse pelos licitantes remanescentes ou pelos integrantes do cadastro de reserva, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a ARP, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

- 14.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitarem a contratação, do licitante vencedor for

convocado e não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidos ou do registro de preços ser cancelado, total ou parcialmente, do detentor da ARP, o órgão ou a entidade gerenciadora, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.5.1.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.5.1.2. adjudicar e assinar a ARP nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5.2. No caso **item 14.5.1.2**, ultrapassado o prazo de validade da proposta previsto no edital, incluída possível prorrogação, não há obrigatoriedade na assinatura da ARP.

14.6. Para obras e serviços de engenharia a possibilidade de alteração periódica dos preços registrados deverá considerar a conformidade dos preços com a tendência de mercado e com a realidade dos seus respectivos insumos, avaliada em um intervalo mínimo de quatro meses.

14.7. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

14.8. A alteração de preço deverá ser publicada DOM.

14.9. Nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, os preços, já com a aplicação do desconto ofertado na licitação, são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de referência da Planilha de Orçamento (Apêndice I do Termo de Referência da Licitação), de acordo com o disposto no §1º, do art. 2º, combinado com o §1º, do art. 3º, ambos da Lei n.º 10.192/2001, devendo os reajustes seguintes obedecerem à mesma periodicidade anual, tendo como referência sempre o mesmo mês-base, mediante a aplicação da fórmula:

$$R = P_o \sum a_n \frac{I_{n,i} - I_{n,o}}{I_{n,o}}$$

onde:

R é o valor do reajustamento;

P_o é o preço inicial dos serviços a serem reajustados;

an é parâmetro cuja soma é igual a 1;

In_i é o índice de preço correspondente ao parâmetro an e relativo ao mês do reajuste; **In_o** é o índice de preço correspondente ao parâmetro an e relativo ao mês de elaboração da Planilha de Orçamento (xxxxxxx/XXXX).

- 14.10. O índice de preço será calculado pelos índices de preços das atividades preponderantes publicados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e pelo DNIT, pertinentes ao serviço objeto do contrato a ser celebrado, e observará a proporção de cada coluna abaixo, calculada para cada contrato, considerando o valor do item, conforme tabela oficial ou cotação de preços indicada na planilha orçamentária presente no **Apêndice I**, excluídos os itens que não comporão o respectivo contrato, bem como considerando o valor que eventualmente a planilha contratual teria se formatado antes da licitação.

LOTE I - Barreiro, Centro Sul, Hipercentro, Leste, Nordeste e Venda Nova;

Índice de preço			an
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
			1

LOTE II - Pampulha, Norte, Noroeste e Venda Nova.

Índice de preço			an
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
xxx	xx	XXXXXX	x,xxxx
			1

- 14.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.
- 14.12. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela

legislação então em vigor.

- 14.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.14. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 14.15. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE GERENCIADORA E DO DETENTOR DA ATA.

15.1 Caberá à SMOBI, enquanto órgão gerenciador, ou a quem ela delegar, total ou parcialmente, a prática dos atos de controle e administração do SRP, em especial:

- I – apurar o valor de mercado a partir de ampla pesquisa ou de consulta às tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo;
- II – efetivar os atos decorrentes do procedimento licitatório, tais como a assinatura da ARP, o registro e a publicação do extrato, bem como o encaminhamento das cópias das atas aos setores responsáveis;
- III – gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o detentor, as quantidades e os valores a serem praticados;
- IV – acompanhar os preços de mercado e registrados, bem como conduzir os procedimentos relativos às alterações dos preços registrados, devidamente justificados;
- V – aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou das obrigações contratuais, em relação às suas contratações, bem como decorrentes de comportamentos que comprometam a lisura do procedimento licitatório e o funcionamento do SRP;

15.2. Caberá à SMOBI enquanto órgão participante:

- I – encaminhar pedido de contratação para fins de registro de preços devidamente preenchido;
- II – solicitar, motivadamente, a adequação do termo de referência ou Termo de Referência encaminhado, ou a complementação desses documentos, com os itens a serem inseridos ou alterados na ARP;
- III – promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do setor

responsável;

IV – zelar pelo cumprimento das obrigações contratuais, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte;

V – informar ao setor responsável, no prazo de cinco dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do detentor da ARP, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido no edital;

VI – encaminhar aos setores responsáveis cópia do contrato celebrado, no prazo de dois dias úteis após a publicação do extrato, cópia das Ordens de Serviço emitidas, de eventuais anulações e do relatório de desempenho do contratado no prazo de dois dias úteis da ocorrência;

VII – realizar a cobrança pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas e aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas contratações;

VIII – acompanhar preços registrados no Diário Oficial do Município – DOM –, para verificação de possíveis alterações.

IX- O fiscal do contrato designado ficará responsável pelos atos pertinentes à fiscalização e execução do contrato.

15.3. São obrigações do Detentor da ARP:

I - Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo Órgão Gerenciador.

II - Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para assinatura da Ata de Registro de Preços e retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

III - Atender a todos os pedidos de prestação de serviços e fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço.

IV - Praticar, sempre, os preços e o desconto vigentes publicados no Diário Oficial do Município pelo Órgão Gerenciador.

V - Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

- VI - Comunicar ao Órgão Gerenciador toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- VII - Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do serviço e/ou fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- VIII - Cumprir rigorosamente os prazos pactuados e obrigações assumidas;
- IX - Submeter-se às normas e determinações no que se refere à execução e entrega;
- X - Prestar os serviços e fornecer materiais, produtos e equipamentos de acordo com o objeto contratado, em perfeitas condições de qualidade, respondendo por qualquer deterioração, substituindo sempre que for o caso, sob pena do seu não recebimento, sendo considerado neste caso como não prestado;
- XI - O Detentor da ARP deverá garantir a qualidade dos materiais, produtos e serviços entregues mesmo após o vencimento desta ARP.
- XII - Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais, produtos e equipamentos de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento até o interior do local de entrega, bem como pela sua mobilização e desmobilização;
- XIII - Responsabilizar-se por todos os ônus, custos e despesas relacionados à prestação de serviços e ao fornecimento, tais como custos diretos e indiretos, insumos e encargos fiscais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, despesas com frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto contratado;
- XIV - Responsabilizar-se por qualquer falha, erro ou omissão detectado no fornecimento e/ou serviço e seus custos financeiros;
- XV - Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Município ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, tendo como agente o Detentor da ARP, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte do Órgão Gerenciador;
- XVI - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução da prestação de serviços e/ou fornecimento;
- XVII - Submeter-se às normas e determinações do Município, no que se referem à prestação dos serviços

e ao fornecimento;

XVIII - Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, responsabilizando-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

XIX - Tomar as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrências da espécie foram vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do Município;

XX - Manter-se, durante toda a execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

XXI - Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão Gerenciador, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

XXII - Manter preposto na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com poderes para representá-la na solução de todos os problemas e encaminhamentos necessários à prestação dos serviços e/ou fornecimento.

XXIII - Providenciar, independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição dos materiais, produtos, equipamentos e/ou serviços que apresentarem defeitos ou divergências com as especificações fornecidas, sem nenhum ônus para o Órgão Gerenciador;

XXIV - Ressarcir qualquer dano ou prejuízo causado ao Órgão Gerenciador e/ou a terceiros, provocados por ação ou omissão, ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos envolvidos na execução do serviço e/ou fornecimento;

XXV - Aceitar a fiscalização do Órgão Gerenciador, sem restrições, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições previstas no presente instrumento; A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o empenho para qualquer operação financeira;

XXVI - É de exclusiva responsabilidade da adjudicatária providenciar seu cadastramento junto ao SUCAF, caso ainda não se encontre cadastrada;

XXVII - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços e materiais fornecidos, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

XXVIII - Fornecer ao Órgão Gerenciador, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo. Garantir a execução qualificada da Ata de

Registro de Preço durante o período de garantia.

XXIX - Apresentar justificativa fundamentada e documentada, para o caso de solicitação de prorrogação de prazo, antes do vencimento do prazo de entrega para análise e deliberação do respectivo Órgão Gerenciador;

XXX - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. válida do órgão competente, conforme a legislação vigente, dos serviços e/ou fornecimento, com indicação do Responsável Técnico.

XXXI - Executar os serviços e/ou fornecimento obedecendo a melhor técnica, enquadrando-se rigorosamente dentro dos preceitos normativos vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do Detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I – Descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II – Quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão gerenciador;

III – Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

IV – Nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP, observado o disposto nos arts. 29 e 30 do Decreto Municipal nº 18.242/23;

V – Por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII – Quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

- VIII – Quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;
- IX – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;
- X – Por ordem judicial;
- XI - No caso de alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- XII - Nos casos em que o Detentor estiver envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013;
- XIII – No caso de não cumprimento da regra referente à subcontratação prevista no Termo de Referência, Anexo desta ARP.

16.2. A notificação do Órgão ou Entidade Gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao Detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DOM.

16.3. A solicitação do Detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se a prestação do (s) serviço(s) registrado por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

16.4. O Detentor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento e/ou execução do item de contratação registrado.

16.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas nos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto Municipal nº 18.242/2023.

16.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da Autoridade Superior do Órgão ou Entidade Gerenciadora e publicado no DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. É vedada a participação e a adesão (carona) de outros Órgãos e Entidades das esferas municipal, distrital, estadual e federal a esta ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

18.1. O Detentor obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

18.1.1. O Detentor obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

18.1.2. O Detentor deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

18.1.3. O Detentor não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.1.4. O Detentor não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.1.4.1. O Detentor obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

18.1.5. O Detentor fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

18.1.5.1. Ao Detentor não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

18.1.5.1.1. O Detentor deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não

haja necessidade de realizar seu tratamento.

18.1.6. O Detentor deverá notificar, imediatamente, o Órgão Gerenciador no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.1.6.1. A notificação não eximirá o Detentor das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

18.1.6.2. O Detentor que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

18.1.7. O Detentor fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Órgão Gerenciador para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

18.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Detentor e o Órgão Gerenciador, bem como, entre o Detentor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

18.1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Detentor a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A prática de atos ilícitos sujeita o Detentor/Contratado à aplicação das seguintes sanções administrativas, na forma do Decreto nº 18.096/2022:

19.1.1. advertência;

19.1.2. multas, nos seguintes percentuais:

a) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

b) Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das seguintes infrações administrativas, observado o disposto no art. 51 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

c) Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas.

d) Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do Contrato quando o Contratado der causa à rescisão contratual, sem prejuízo da obrigação de ressarcir a Administração das perdas e danos decorrentes, nos termos do art. 927, da Lei 10.406/2002.

e) Multa de 0,01% (um centésimo por cento) do valor total atualizado do Contrato por dia de infração constatada, limitado a 30 dias por período de descumprimento, no caso de inobservância dos cuidados necessários ao combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e demais vetores e o cumprimento das medidas protetivas contra a disseminação de COVID-19.

f) Multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

19.1.3. impedimento de licitar e contratar;

19.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

19.2. A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

19.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

19.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Subsecretário Municipal competente.

19.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário Municipal.

19.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;

b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;

c) o primeiro dia após o fim do prazo de 5 (cinco) dias, quando a notificação for publicada no DOM.

16.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

19.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da publicação da decisão no DOM.

19.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Aplicam-se aos materiais, produtos e serviços todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

19.2. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Detentor não importará de forma alguma em alteração ou novação.

19.3. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no DOM – Diário Oficial do Município - será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.

19.4. Vinculam a esta ARP, independentemente de transcrição, o Edital e seus Anexos, bem como a proposta do Detentor, e integram o presente instrumento os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Termo de Referência e seus apêndices

b) ANEXO II - Informações sobre os itens de contratação registrados;

c) ANEXO III - Cadastro de Reserva;

- d) **ANEXO IV:** Minuta do Contrato;
- e) **ANEXO V:** Memorial descritivo e as especificações técnicas dos projetos básicos/executivo de engenharia e/ou arquitetura constantes nos contratos a serem gerados a partir desta ata;
- f) **ANEXO VI:** Caderno de Encargos da SUDECAP vigente;
- g) **ANEXO VII:** Planilha contratual

19.5. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte.

Leandro César Pereira

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Detentor da Ata de Registro de Preços

Visto:

Anderson Maércio dos Reis

Diretor de Aquisições e Contratos

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS APÊNDICES

(INCLUIR QUANDO DA EMISSÃO DA ARP CONFORME EDITAL)

MINUTA

ANEXO II – INFORMAÇÕES SOBRE OS ITENS DE CONTRATAÇÃO REGISTRADOS

INFORMAÇÕES REFERENTES AO LOTE I / LOTE II	
PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA	Não se aplica - serviços contínuos por demanda via Ordem de Serviço
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12 MESES, PRORROGÁVEIS
MÊS/ANO DA PESQUISA DE REFERÊNCIA	XXXXXXX/XXXX
Data do Registro:	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOM
Fonte da Pesquisa:	Tabela SUDECAP , Caderno de Encargos da SUDECAP, Tabela SINAPI, cotações de mercado e composições próprias, conforme indicado por item
Prazo de garantia do objeto:	CDC
DESCONTO LINEAR REGISTRADO	<u> </u> %CONFORME EDITAL
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	Será elaborado por intervenção, definindo custos e prazos conforme planilha orçamentária final para cada intervenção, com atualizações mensais (itens 13.4 e 13.7.2 do TR)
BDI	Percentual de BDI ofertado será aplicado obrigatoriamente a todos os itens da planilha quantitativa, seja através de composições vigentes ou composição própria com cotação de mercado, devendo ser detalhado na proposta (item 5.5.8 do TR).
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	Será medida proporcionalmente ao valor de cada medição de serviços executados, cumulativamente até 100 unidades, calculada pela fórmula: $AL\ mensal = (Medição\ mensal / (Valor\ global - AL)) \times 100$ (item 18.2 do TR)

(INCLUIR PLANILHA AJUSTADA, CPU, ENCARGOS SOCIAIS E BDI VERSÕES FINAIS ENVIADAS PELO

LICITANTE VENCEDOR)

ANEXO III – CADASTRO DE RESERVA

Manifestaram interesse em participar do Cadastro Reserva para a prestação dos serviços prevista para o **LOTE _____** do Pregão Eletrônico DQ 91.005/26, nos termos do Edital e seus Anexos, os seguintes licitantes, listados por ordem de classificação:

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTE	CNPJ	DESCONTO OFERTADO
1º%
2º%
3º%
...%